

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DENTRO E FORA DA SALA DE AULA: A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 EM CENA

Autor(a): Ana Karina Nogueira de Andrade.

Prefeitura da Cidade do Recife. E-mail: anakarinaandrade@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Entendendo-se a importância de conhecer as transformações ocorridas ao longo do tempo na paisagem e apreender as histórias do lugar vivido, o presente estudo se propõe a compartilhar experiências das práticas pedagógicas vivenciadas dentro e fora de sala de aula com estudantes do sexto ano de uma escola municipal do Recife, ao trabalhar a Revolução Pernambucana de 1817 (tema proposto pela rede no ano do seu bicentenário).

Para o desenvolvimento do trabalho foram abordados os conceitos de espaço, lugar, paisagem e cidadania; realizaram-se também pesquisas bibliográficas, consulta a documentos oficiais do Ministério da Educação como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997); igualmente a Política de Ensino do Recife (2015). Como exemplo de uma das diretrizes norteadoras deste último documento, tem-se a oferta de uma prática pedagógica que mobilize capacidades e interesses individuais, participação coletiva, e que favoreça aos envolvidos no processo educativo o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de aprender.

Com base nesta orientação, foram realizadas as seguintes atividades em sala de aula com o tema da Revolução Pernambucana de 1817: Aulas expositivas e dialogadas, com realização de atividades e pesquisa sobre a temática, com resgate das causas, objetivos, líderes, o período do governo provisório, o fim da revolução e suas consequências; Resgate das bandeiras de Pernambuco e o significado das suas simbologias, atividade com imagens e realização de ilustrações; Pesquisa sobre locais históricos e patrimônios da Cidade, enfatizando a importância da preservação; Abordagem do conceito de Lugar, buscando as raízes, a cultura e os aspectos afetivos. Trabalho com mapas do Recife do século XIX, apreendendo o processo de ocupação da cidade e as mudanças ocorridas na sua paisagem.

De acordo com Albuquerque (2014) a análise da paisagem possibilita a compreensão das relações e transformações que se dão no espaço, contribuindo para o desenvolvimento da percepção espacial do aluno, uma vez que também se pode trabalhar esse conceito como sendo o que é visto e percebido pelo indivíduo no espaço, construindo sua própria impressão do mundo que o cerca. Essa visita permitiu aos alunos a observação empírica dos fenômenos estudados em sala de aula, além de proporcionar condições de desenvolver a sua capacidade de saber observar, entender e analisar criticamente a realidade.

Posteriormente, realizou-se uma aula de campo no Museu da cidade do Recife, localizado no Forte das Cinco Pontas, que recebia uma exposição sobre o tema da Revolução Pernambucana. O local foi escolhido por ser uma fortificação histórica, sendo possível a partir do próprio edifício, contar a história do Recife e compreender seu processo de ocupação e a diversidade cultural da cidade.

Diante do contato com o material do acervo histórico disponível nas exposições do Museu, que inclui pinturas, registros cartográficos e objetos da época foi possível que os alunos se apropriassem da história da Revolução Republicana de 1817, movimento que foi o único no País, que conseguiu a ruptura com a Coroa Portuguesa e implantou uma República, que durou quase 75 dias. Como culminância, os alunos do sexto ano realizaram uma apresentação das pesquisas sobre o tema na feira de conhecimentos realizadas na própria escola. Essa situação didática proporcionou organização das informações coletadas, pesquisa, estruturação do pensamento para exposição oral, concentração, análise crítica, entre outros.

IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE CAMPO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

Conhecer o local em que se vive é importante para criação de laços afetivos e responsabilidades para com o lugar vivido, além de evidenciar o papel ativo de cidadania. É entendendo sua formação, os fatos históricos, seus personagens, seus habitantes, sua geografia e sua economia, que se pode compreender a sua própria cultura, aquilo produzido por um povo. O espaço é um produto cultural por ser lançado a partir das ações humanas, porém é inacabado por estar em constante dinâmica, com modificações nas formas e nas funções que a compõe. As ciências Humanas contribuem nessa compreensão do espaço e tem papel relevante na formação social e intelectual de indivíduos para que, de modo consciente e reflexivo desenvolvam a compreensão de si mesmos, dos outros, e da sua inserção em uma sociedade.

A realidade que envolve os estudantes, por exemplo, passar a servir de ponto de partida e referência na prática pedagógica do ensino da Geografia e da História do Recife. Essa mudança de perfil no processo de ensino, que torna o aluno não só um receptor de informações, mas também um observador do seu espaço vivido e da sua realidade potencializa a possibilidade de atingir o objetivo pedagógico, que é preparar o discente para:

[...] localizar, compreender e atuar no mundo complexo, problematizar a realidade, formular proposições, reconhecer as dinâmicas existentes no espaço geográfico, pensar e atuar criticamente em sua realidade tendo em vista a sua transformação. (Secretaria de Educação Básica, 2006).

Nessa perspectiva, o ensino deve ser desenvolvido de forma dinâmica, acompanhando o mundo cada vez mais globalizado e que interconecta, de maneira dialética, as diferentes escalas espaciais. Compartilhando da ideia e dos princípios norteadores do Ministério da Educação encontrados nos PCNs (1997), a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife traz fundamentos para a prática pedagógica elementos como: justiça social, a liberdade, a participação e a solidariedade. Estes documentos indicam que o professor deve ofertar um ensino que seja baseado nesses valores ao mesmo tempo em que mobilize capacidades e interesses individuais, participação coletiva, favorecendo aos envolvidos no processo educativo o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de aprender. Neste contexto cabe às ciências humanas o papel de contribuir para a formação de cidadãos capazes de modificar o espaço em que vivem, visto que: [...] orientar a formação de um cidadão no sentido de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, reconhecendo as contradições e os conflitos existentes no mundo (RECIFE, 2015).

A diversidade e a integração da prática pedagógica, segundo Antunes (2010), devem possibilitar que o professor deva conhecer uma gama variada de meios e processos que estimulem a aprendizagem dos alunos de forma significativa. O docente pode e deve desenvolver pedagógicas que transbordem a sala de aula, a fim de despertar o interesse dos discentes, instigando-os a observarem as transformações do espaço de maneira crítica.

Em meio às várias práticas pedagógicas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem considera-se a aula de campo, em sua gama de possibilidades de abordagem, uma atividade importante para a compreensão e leitura do espaço, possibilitando o estreitamento entre a teoria e a prática. Corroborando com esta ideia, Albuquerque afirma:

O trabalho de campo continua sendo de suma importância para a geografia, pois possibilita que os alunos percebam o espaço, muitas vezes já conhecido, em outra perspectiva, não como algo estático, mas buscando compreender sua produção, as contradições e sua dinâmica que podem estar “escondidas” atrás das aparências (ALBUQUERQUE, 2014).

A atividade deve relacionar-se com a vida dos educandos e levá-los a observar como se dão as transformações espaciais e quem são os responsáveis pelas modificações das paisagens. Acredita-se que a condução dos alunos a observarem o espaço vivido o motivará a pensar sobre seu papel na sociedade e o papel dos outros atores transformadores do espaço. A aula de campo também possibilita a melhor articulação entre o empírico e conteúdo ministrado, construindo uma melhor compreensão dos temas das aulas e interpretação dos fenômenos, considerando inclusive suas diferentes dimensões e escalas espaciais.

DESCORTINANDO PAISAGENS, REVELANDO AS HISTÓRIAS DO LUGAR- APRESENTANDO A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

O tema proposto pela rede de ensino da Prefeitura do Recife para 2017 foi ‘200 anos da Revolução Pernambucana: Recife em cena da cultura popular’, acontecimento que eclodiu no dia 06 de março de 1817, considerado como um dos mais importantes movimentos de caráter revolucionário do período colonial do Brasil. De acordo com Mourão, 2009: “A Revolução de 1817 foi o princípio da independência do Brasil e como movimento iniciador daquele processo para a totalidade do território português foi visto pela opinião internacional em sua época”.

A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento separatista, ainda no período colonial, de caráter republicano, que ocorreu na Capitania de Pernambuco. Esse movimento foi comandado pelas elites locais, porém contou com ampla adesão popular assim que foi deflagrado. Essa revolta teve como motivo as mudanças geradas nessa região por causa da transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808.

A Revolução de 1817 teve seu Sarajevo no dia 6 de março daquele ano, quando um oficial brasileiro do regimento de artilharia do Recife atravessou, com sua espada, o Comandante, português, daquele Regimento. O Capitão de Artilharia José de Barros Lima, por alcunha Leão Coroado, coadjuvado por seu genro, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, Tenente do mesmo regimento, matou o Brigadeiro Manuel Joaquim Barboza de Castro, ao receber deste voz de prisão, por ser considerado um dos elementos promotores de agitação na Província de Pernambuco (MOURÃO, 2009, pg. 20)

Estudos apontam que entre as causas da Revolução estão: carga tributária excessiva a que era submetida, por ser a Capitania de Pernambuco uma das mais rentáveis do Reino; a grande seca de 1816, que afetou a produção de alimentos de subsistência, aumentando o custo de vida; o declínio da exportação do açúcar e do algodão; a antipatia entre portugueses e brasileiros, gerada em razão dos portugueses serem indicados para altos cargos administrativos; e a ideologia de uma nação livre e independente.

[...] a Revolução de 1817, cinco anos antes, representa a primeira emoção de superioridade, a primeira revelação de um sentimento nacional de responsabilidade, o nascimento da decisão de criar uma nação livre, independente, inspirada em ideologia universal, animada pela fé irredutível no progresso humano, que o 7 de setembro veio a consagrar com a independência e as garantias constitucionais (DH, 1955, p. II, apud ANDRADE, 2017, pg. 129)

Ao saber da mobilização da revolta, o governador de Pernambuco ordenou a prisão dos envolvidos. Porém, os revoltosos resistiram e prenderam o governador. Após dominar a cidade de Recife, os revolucionários implantaram um governo provisório. Para conquistar o apoio popular, baixaram os impostos, libertaram presos políticos e aumentaram o salário de militares. Por baixo apoio popular, o movimento enfraqueceu e após aproximadamente 75

dias da sua implantação sofreu com a derrota. Vencidos, os revoltosos foram presos e, muitos deles, condenados à morte.

Também conhecida como a Revolta dos Padres, devido ao número considerável de padres, sendo Frei Caneca um dos mais conhecidos. Devido à importância do movimento, que antecedeu e alimentou a esperança de um Brasil independente de Portugal, mostrando a força do povo pernambucano (conhecido também como leão do norte), foi instituído o dia 06 de março como Data Magna (Lei Estadual nº 13.386, de 24 de dezembro de 2007).

O tema foi explorado com mais profundidade em sala de aula neste ano do bicentenário da Revolução, com realização de aulas expositivas, utilização de textos e imagens em Datashow. Após a pesquisa bibliográfica, realizada pelos estudantes, idealizou-se a saída de campo, unindo teoria e prática no processo de aprendizagem.

As orientações para a saída de campo incluíram: relatar as impressões do lugar, os relatos históricos apreendidos, observação das cartografias e as mudanças na paisagem do Recife. Também foi necessário por parte da professora conhecer previamente o lugar a ser visitado, deixando claro aos alunos o objetivo da atividade de campo. Combinaram-se regras, também se fez importante, como as normas do local.

O local escolhido foi o Museu da Cidade do Recife, que está localizado no Forte das Cinco Pontas. O Museu apresentou a exposição “1817: Revolução Republicana”. Os estudantes puderam ver: os ideais propagados pela revolta e inspirados por episódios como a Revolução Francesa; projeção dos nomes dos 150 homens presos no Forte quando a revolução foi reprimida pelo Império português; Vídeos com desenhos da época que mostram o cotidiano da região, de autoria dos franceses Jean-Baptiste Debret e Louis-François de Tollenare; documentos e objetos históricos ligados à revolução estão disponíveis; locais considerados como referência da revolução foram expostos em vídeos (Museu da Cidade do Recife, 2017). Para encerrar a visita, os estudantes puderam criar e expor sua própria bandeira, uma alusão à criação da bandeira de Pernambuco pelos revolucionários.

O Forte das Cinco Pontas por ser um lugar histórico, erguido no ano de 1630 pelos holandeses, constitui-se como um monumento importante do período colonial brasileiro. Sendo assim, tornou-se possível a partir da própria edificação contar a história do Recife e compreender seu processo de ocupação e a diversidade cultural da cidade.

Os estudantes aproveitaram o momento da visita, demonstraram interesse e ficaram encantados com as histórias do lugar. Fizeram relação com os conteúdos trabalhados em sala de aula e observar *in loco* o que aprenderam nas pesquisas. Como culminância, os alunos do sexto ano realizaram uma apresentação sobre o tema da Revolução Pernambucana na feira de conhecimentos realizada na própria escola. Essa situação didática proporcionou organização das informações coletadas, pesquisa, estruturação do pensamento para exposição oral, concentração, análise crítica, entre outros.

CONCLUSÃO

Incentivar os alunos descobrirem a histórias dos lugares, no caso, da cidade do Recife, se apresenta com uma ótima oportunidade de resgate da cultura, de referências e peculiaridades desses espaços e dos povos os compõem. Este ato possibilita a formação de cidadãos críticos que conhecem sua história, sua cidade, seus direitos e deveres em uma sociedade. As histórias da Revolução Pernambucana de 1817, assim como outros fatos brasileiros, são pouco estudadas. Visando uma maior divulgação desse feito revolucionário, rede municipal da cidade do Recife, no ano do seu bicentenário, anunciou a temática para ser trabalhada durante o ano letivo de 2017.

Entendendo-se a importância de conhecer o Recife de ontem e as transformações ocorridas ao longo do tempo, os estudantes tiveram a oportunidade de se apropriar das histórias do lugar. Aprender a importância da Revolução Pernambucana de 1817, valorizando

nossas lutas e conquistas, faz com que os estudantes percebam o valor de conhecer e se reconhecer no seu lugar vivido. Nasceu também o sentimento de orgulho, uma vez que Pernambuco, reconhecido por sua bravura, é colocado como o Leão do Norte.

Considera-se também a importância da experiência da aula de campo, uma vez que é um bom instrumento para despertar o interesse dos alunos, além de estreitar laços entre professores e colegas. Destacam-se como aspectos positivos a aquisição e consolidação dos conhecimentos científicos; a apreensão do espaço vivido e construído; o despertar o espírito crítico e investigativo.

O que se identificou com a realização da aula de campo é a possibilidade do estudante de construir um conhecimento próximo de seu cotidiano e da dinâmica prática e real. Assim como é também no campo que se podem discutir informações e aspectos vistos em sala de aula e não compreendidos até então, como exemplo a habilidade de ler a paisagem e de ultrapassar o campo de visão, entendendo que os processos implícitos não são desenvolvidos naturalmente, mas que há outros processos que estão por trás dessa dinâmica.

Dentre as dificuldades para realização desta prática, pode-se citar a falta de materiais para realização da pesquisa, com o uso de computadores. Além disso, é importante deixar claro que não se trata de um passeio, como ainda é vista por alunos e corpo pedagógico, uma vez que exige estudo e planejamento. Envolver a turma ainda é um desafio, pois mesmo com muito esforço, alguns não se interessaram.

Diante deste estudo, espera-se que os conteúdos apresentados em sala de aula e em campo, contribuam para o aprendizado dos arranjos espaciais, ligados ao desenvolvimento do tempo histórico, que permita o entendimento das relações sociedade e natureza, levando em consideração as formas de transformação da sociedade e sua produção no espaço, premissa principal do ensino das ciências humanas.

Reafirma-se aqui que a abordagem do tema da Revolução em sala de aula, o trabalho de campo e a culminância na feira de conhecimentos proporcionaram aos discentes uma relação entre teoria e prática, permitindo a apreensão de novos conhecimentos e formas de compreender e analisar o espaço; portanto, pode-se afirmar que os objetivos propostos foram alcançados.

Acrescente-se que o trabalho de campo é uma prática indispensável para o ensino, mas não suficiente. De acordo com Tomita (1999) não se deve encarar essa atividade como um fim, mas como um meio que tenha o seu prosseguimento ao retomar a sala de aula.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Breno Gontijo de. **Duzentos anos de 1817: Caminhos historiográficos e algumas discussões sobre a Revolução Pernambucana.** Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/39807/22627#.W5UfKuhKjDd>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Guerras e Revoluções Brasileiras: A Revolução Pernambucana de 1817.** São Paulo, 1995, pg. 32.

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves. **Geografia na prática pedagógica: A paisagem como ponto de partida.** Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 10, n. 1, pg. 30-40, 2014.

ANTUNES, Celso. **Geografia e Didática.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 152 p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília, MEC/SEF, 1998. 436 p.

_____. Ciências Humanas e suas Tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (**Orientações curriculares para o ensino médio**); volume 3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. **A Revolução de 1817 e a História do Brasil**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/595-Revolucao_de_1817_e_a_Historia_do_Brasil_A.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2017.

MUSEU DA CIDADE DO RECIFE. **Exposição sobre a Revolução Pernambucana de 1817**. Disponível em: <<https://museudacidadedorecife.org/revolucao-republicana-de-1817-ganha-exposicao-anual-no-aniversario-do-recife/>> Acesso em 02 de junho de 2017.

RECIFE, **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife: Ensino fundamental do 1º ao 9º ano**. Recife: Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, 2015. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/efaerpaulofreire/sites/default/files/digital_Ensino%20Fundamental.pdf>. Acesso em 06 de maio de 2017.

TOMITA, L. M. S. **Trabalho de campo como instrumento de ensino em Geografia**. Rev. Geografia, Londrina, v. 8, n. 1, p. 13-15, 1999. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/10199/9006> Acessado em: 05 de julho de 2017.